



VII PROCESSO SELETIVO PARA PREENCHIMENTO DE VAGAS DO ESTÁGIO
EXTRACURRICULAR DE ESTAGIÁRIOS DE DIREITO DO MINISTÉRIO
PÚBLICO DO ESTADO DE RORAIMA
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

.... 000

CADERNO DE PROVAS

INSTRUÇÕES
QUESTÕES OBJETIVAS, SUBJETIVAS E DISSERTAÇÃO
LEIA COM ATENÇÃO!

- 01.** A identificação do candidato dar-se-á mediante o código no cabeçalho. **Não deixe nenhuma marca no CADERNO DE RESPOSTAS que possa identificá-lo.**
- 02.** Não será admitida a entrada de candidatos na sala de provas portando armas, celulares, *paggers*, *laptops*, relógio calculadora ou qualquer outro dispositivo eletrônico. Não é permitido o uso de bonés, chapéus ou óculos escuros, exceto se o óculos contiver grau.
- 03.** Será eliminado do Processo Seletivo o candidato que durante a realização da prova for surpreendido comunicando-se com outro candidato ou terceiros, verbalmente, por escrito ou valendo-se de qualquer outro meio de comunicação.
- 04.** Só abra este caderno, após a leitura das instruções e quando for autorizado pelos fiscais da sala.
- 05.** Ao receber o **CADERNO DE PROVAS**, confira se ele contém:
- a) 40 (quarenta) questões de múltipla escolha da Prova Objetiva, cada uma com 05 (cinco) assertivas;
 - b) 03 (três) questões da Prova Subjetiva;
 - c) 01 (um) tema para a Dissertação.
- 06.** Ao receber o **CADERNO DE RESPOSTAS**, confira se ele contém:
- a) 01 (um) Gabarito para marcar as questões múltipla escolha, cada uma com 05 (cinco) alternativas;
 - b) 03 (três) questões da Prova Subjetiva;
 - c) 01 (uma) Dissertação.
- 07.** Assinale apenas 01 (uma) resposta para cada QUESTÃO OBJETIVA.
- 08.** Preencha o GABARITO com caneta esferográfica azul ou preta, usando “X” ou preenchendo integralmente o espaço correspondente à alternativa.
- 09.** As respostas das QUESTÕES SUBJETIVAS e a DISSERTAÇÃO devem ser, preferencialmente, elaboradas nas folhas de rascunho que acompanham este caderno de provas.
- 10.** Utilize apenas caneta esferográfica preta ou azul ao preencher o CADERNO DE RESPOSTAS. Em nenhuma hipótese haverá substituição do CADERNO DE RESPOSTAS, por inexistir cadernos repetidos.
- 11.** Na avaliação das questões subjetivas e dissertativas, levar-se-á em conta o conteúdo jurídico correspondente ao requerido pela questão, a clareza e objetividade na exposição do raciocínio, bem como, o domínio do vernáculo, a gramática e ortografia.
- 12.** Será atribuída a nota 0,0 (zero) à questão objetiva nos casos de rasura do Gabarito ou marcação de mais de uma resposta para a mesma questão.
- 13.** Será atribuída nota 0,0 (zero) à questão subjetiva ou dissertação escrita a LÁPIS no CADERNO DE RESPOSTAS. Serão consideradas apenas as repostas a caneta.
- 14. Não risque, não amasse, não dobre e não suje o CADERNO DE RESPOSTAS, pois isto poderá prejudicá-lo.**
- 15.** Os fiscais não estão autorizados a emitir opinião nem a prestar esclarecimentos sobre o conteúdo das provas. **Cabe única e exclusivamente ao candidato interpretar e responder.**
- 16.** O tempo de duração da prova é de **04 (quatro) horas**, incluindo, a leitura das instruções, a resolução e o preenchimento do CADERNO DE RESPOSTAS (Gabarito, Questões Subjetivas e Dissertação).
- 17.** É vedado qualquer tipo de consulta (seja de legislação “seca”, “comentada” ou “anotada”, doutrina, jurisprudência, apostilas, cadernos, fichários, etc).
- 18.** O candidato somente poderá retirar-se do local de aplicação da prova após 1 (uma) hora de seu início, podendo levar o **CADERNOS DE PROVAS** apenas nos últimos 20 minutos para o encerramento da avaliação. Se preferir, o candidato poderá retirá-lo na Coordenação dos Estágios, localizada no Prédio Sede do Ministério Público do Estado de Roraima, sito Avenida Santos Dumont, nº 710, São Pedro, nesta Capital, no horário das 9 às 12h., até a data da homologação do certame.
- 19. Ao término da prova, entregue ao fiscal, o CADERNO DE PROVAS E O CADERNO DE RESPOSTAS.**

Boa Vista, 23 de setembro de 2012.

Boa Prova!



**VII PROCESSO SELETIVO PARA PREENCHIMENTO DE VAGAS DO ESTÁGIO
EXTRACURRICULAR DE ESTAGIÁRIOS DE DIREITO DO MINISTÉRIO
PÚBLICO DO ESTADO DE RORAIMA
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA**

.... 000



VII PROCESSO SELETIVO PARA PREENCHIMENTO DE VAGAS DO ESTÁGIO
EXTRACURRICULAR DE ESTAGIÁRIOS DE DIREITO DO MINISTÉRIO
PÚBLICO DO ESTADO DE RORAIMA
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

.... 000

CADERNO DE PROVAS

1. QUESTÕES OBJETIVAS

DIREITO PENAL

1. Considere as assertivas abaixo:

I – No concurso de pessoas, não se comunicam as condições ou circunstâncias de caráter pessoal, ainda que elementares do crime;

II – As circunstâncias e as condições objetivas comunicam-se aos partícipes, desde que estes conheçam tais circunstâncias ou condições;

III – As elementares, sejam elas subjetivas ou objetivas, comunicam-se aos partícipes, desde que conhecidas por eles.

Assinale a alternativa:

- A) São corretas as afirmativas I e III;
- B) São corretas as afirmativas I e II;
- C) São corretas as afirmativas II e III;
- D) Apenas a afirmativa III é correta;
- E) Apenas a afirmativa I é correta.

2. Rebeca, após conhecer Júlio em uma festa, aceita o convite deste para ir ao Hotel em que estava hospedado. No interior do aposento, valendo-se da distração de Júlio, Rebeca ministra sonífero na bebida de Júlio, vindo o mesmo, logo em seguida a ingestão da bebida, a entrar em estado de sono profundo. Valendo-se desta circunstância, Rebeca subtrai, para si, o dinheiro, o cordão de ouro e o relógio de Júlio e sai tranquilamente do Hotel com os bens da vítima.

Pergunta-se: Qual a infração penal praticada por Rebeca?

- A) Crime de furto qualificado pelo emprego de fraude;
- B) Crime de roubo;
- C) Crime de estelionato;
- D) Crime de dano;
- E) Crime de apropriação indébita.

3. A coação moral irresistível é causa de:

- A) Exclusão da ilicitude;
- B) Exclusão da tipicidade;
- C) Extinção da punibilidade;
- D) Exclusão da culpabilidade;
- E) Diminuição de pena.

4. Assinale a opção CORRETA no que se refere aos casos de violência doméstica e familiar contra mulher.

- A) De acordo com recente decisão do STJ, a ação penal é condicionada representação;
- B) Para concessão de medidas protetivas de urgência, é necessária a prévia audiência das partes;
- C) Permite-se a aplicação dos institutos da Lei 9.099/95;
- D) A competência para o processo e julgamento da ação penal é determinada pelo domicílio ou pela residência da ofendida;
- E) É possível a prisão preventiva no crime de ameaça, punido com detenção se resulta de violência contra mulher no âmbito familiar.

5. Considere que Pablo, usuário de droga, tenha oferecido pela primeira vez, durante uma festa, ao seu amigo Roberto, sem intuito de lucro, pequena quantidade de maconha para consumirem juntos. Nessa situação hipotética, Pablo:

- A) Deverá ser submetido à pena privativa de liberdade, diversa e mais branda que a prevista abstratamente para o traficante de drogas;
- B) Praticou conduta típica, entretanto, como a lei em vigor despenalizou a conduta, ele deve ser apenas submetido a admoestação verbal;
- C) Praticou tráfico ilícito de entorpecente, de acordo com a legislação em vigor, a pena abstratamente cominada será a mesma do traficante regular de drogas;
- D) Praticou conduta atípica, dada a descriminalização do uso de substância entorpecente;



VII PROCESSO SELETIVO PARA PREENCHIMENTO DE VAGAS DO ESTÁGIO
EXTRACURRICULAR DE ESTAGIÁRIOS DE DIREITO DO MINISTÉRIO
PÚBLICO DO ESTADO DE RORAIMA
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

.... 000

E) Nenhuma das assertivas acima.

6. São causas da extinção da punibilidade:

- A) O indulto, a anistia e o casamento do agente com a vítima nos crimes contra os costumes;
- B) A morte do agente, a prescrição, o perdão judicial e a rejeição da denúncia;
- C) A graça, a anistia, a perempção, a renúncia do direito de queixa nos crimes de ação penal privada;
- D) O perdão judicial, a perempção e o livramento condicional;
- E) A retroatividade da lei penal que não mais considera o fato como criminoso, o perdão aceito nos crimes de ação penal privada, a decadência e a suspensão condicional do processo.

DIREITO CIVIL

7. De acordo com o disposto expressamente no Código Civil, assinale a opção CORRETA:

- A) A menoridade cessa aos 16 anos completos, quando a pessoa fica habilitada a prática de todos os atos da vida civil.
- B) A personalidade civil da pessoa começa do nascimento com vida, mas a lei põe a salvo, desde a concepção, os direitos do nascituro.
- C) O uso de nome alheio em propaganda comercial não necessita de autorização.
- D) A existência da pessoa natural termina com a morte; presume-se esta, quanto aos ausentes, nos casos em que a lei autoriza a abertura de sucessão provisória.
- E) As autarquias não são consideradas pessoas jurídicas pelo Código Civil.

8. Assinale a alternativa CORRETA:

- A) O domicílio da pessoa natural é o lugar onde ela estabelece a sua residência com ânimo definitivo. Se, porém, a pessoa natural tiver diversas residências, onde, alternativamente, viva, considerar-se-á domicílio seu qualquer delas.
- B) Não pode ser considerado domicílio da pessoa natural, ainda que diga respeito às relações da profissão, o lugar onde esta é exercida.
- C) O lugar onde a pessoa for encontrada não pode ser considerado como domicílio, ainda que esta não tenha residência habitual.
- D) De acordo com o Código Civil apenas o militar e o preso têm domicílio necessário.
- E) A proteção aos direitos da personalidade não pode, em hipótese alguma, ser estendida à pessoa jurídica.

9. Assinale a alternativa INCORRETA:

- A) A validade do negócio jurídico requer agente capaz, objeto lícito, possível, determinado ou determinável e forma prescrita ou não defesa em lei.
- B) O silêncio importa anuência quando as circunstâncias ou os usos autorizarem, e não for necessária a declaração de vontade expressa.
- C) Têm-se por inexistentes as condições impossíveis, quando resolutivas, e as de não fazer coisa impossível.
- D) Ocorre a lesão quando uma pessoa, sob premente necessidade, ou por inexperiência, se obriga a prestação manifestamente desproporcional ao valor da prestação oposta.
- E) Configura-se o estado de perigo quando uma pessoa, sob premente necessidade, ou por inexperiência, se obriga a prestação manifestamente desproporcional ao valor da prestação oposta.

10. Assinale a alternativa INCORRETA:

- A) É nulo o negócio jurídico quando celebrado por pessoa absolutamente incapaz.
- B) Aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, violar direito e causar dano a outrem, ainda que exclusivamente moral, comete ato ilícito.
- C) Os prazos de prescrição podem ser alterados por acordo das partes.
- D) Quando a lei dispuser que determinado ato é anulável, sem estabelecer prazo para pleitear-se a anulação, será este de dois anos, a conta da data da conclusão do ato.
- E) A prescrição iniciada contra uma pessoa continua a correr contra o seu sucessor.

11. Assinale a alternativa CORRETA:

- A) Salvo disposição contrária, a lei começa a vigorar em todo o País imediatamente depois de oficialmente publicada.
- B) Quando a lei for omissa, o juiz decidirá o caso de acordo com os costumes e os princípios gerais de direito, vedada a utilização de analogia.
- C) A indenização mede-se pela extensão do dano.
- D) A responsabilidade civil é dependente da responsabilidade criminal.



VII PROCESSO SELETIVO PARA PREENCHIMENTO DE VAGAS DO ESTÁGIO
EXTRACURRICULAR DE ESTAGIÁRIOS DE DIREITO DO MINISTÉRIO
PÚBLICO DO ESTADO DE RORAIMA
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

.... 000

E) A pretensão para reparação de danos morais é imprescritível.

12. De acordo com o disposto no Código Civil, assinale a alternativa INCORRETA:

A) Basta a confissão materna para excluir a paternidade.

B) O casamento estabelece comunhão plena de vida, com base na igualdade de direitos e deveres dos cônjuges.

C) São parentes em linha colateral ou transversal, até o quarto grau, as pessoas provenientes de um só tronco, sem descenderem uma da outra.

D) Os filhos menores são postos em tutela em caso dos pais decaírem do poder familiar.

E) Quando todos os chamados a suceder renunciarem à herança, será esta desde logo declarada vacante.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

13. Sobre o Inquérito policial, assinale a alternativa INCORRETA:

A) O Inquérito Policial não é imprescindível à propositura da ação penal pública.

B) A Autoridade Policial só poderá instaurar Inquérito nos crimes de ação privada mediante requerimento do ofendido ou seu representante legal.

C) Segundo o Código de Processo Penal, o Inquérito Policial deve ser concluído em 20 (vinte) dias se o investigado estiver preso.

D) A Autoridade Policial nunca poderá mandar arquivar autos de Inquérito Policial, mesmo que, ao final, conclua que o crime investigado não ocorreu.

E) Caso seja necessário e o investigado estiver solto, a Autoridade Policial poderá requerer mais prazo para realizar outras diligências.

14. É CORRETO afirmar que:

A) O princípio da obrigatoriedade da ação penal não impede o Ministério Público de desistir da ação após o seu ajuizamento.

B) Na ação penal pública condicionada à representação, a retratação só tem eficácia até o recebimento da denúncia.

C) Intentada ação privada em razão da inércia do Ministério Público, não poderá o órgão ministerial intervir no processo.

D) O prazo decadencial para propositura da ação penal privada é de 06 meses, e pode ser prorrogado uma única vez, mediante requerimento do ofendido.

E) Pelas regras do Código de Processo Penal, a denúncia deve ser oferecida pelo Ministério Público no prazo 05 (cinco) dias, caso o investigado esteja preso.

15. Analise os itens abaixo e marque a opção CORRETA:

A) Nas infrações permanentes, entende-se que o agente está em flagrante delito enquanto não cessar a permanência.

B) O agente pode ser preso em flagrante em até 24 horas depois do crime, desde que a perseguição comece logo após a consumação.

C) O juiz poderá substituir a prisão preventiva pela domiciliar quando se tratar de agente maior de 65 anos ou de gestante a partir do 7º mês de gravidez.

D) A Autoridade Policial poderá conceder fiança nos casos de infração cuja pena privativa de liberdade não seja superior a 02 (dois) anos.

E) A Prisão Temporária é admitida em casos de furto qualificado quando o agente for reincidente específico.

16. Assinale a alternativa INCORRETA:

A) O princípio da territorialidade, *locus regit actum*, é adotado como regra pelo Código de Processo Penal Brasileiro.

B) O juiz criminal pode, na própria sentença penal condenatória, fixar um valor mínimo para indenização à vítima pelo prejuízo decorrente do fato criminoso.

C) Em relação às nulidades processuais, o princípio *pas de nullité sans grief* foi acolhido pelo Código de Processo Penal brasileiro.

D) Quando o réu estiver fora do território da jurisdição do juiz processante, será citado por carta precatória.

E) É de 05 (cinco) dias o prazo para interposição do recurso de apelação criminal contra a decisão que não receber a denúncia ou a queixa.

17. Considere as assertivas abaixo:

I- São infrações de menor potencial ofensivo as contravenções penais e os crimes cuja pena mínima não ultrapasse dois anos.



**VII PROCESSO SELETIVO PARA PREENCHIMENTO DE VAGAS DO ESTÁGIO
EXTRACURRICULAR DE ESTAGIÁRIOS DE DIREITO DO MINISTÉRIO
PÚBLICO DO ESTADO DE RORAIMA
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA**

.... 000

II- O procedimento regido pela Lei 9.099/95 não admite a citação por edital.

III- É atribuição do Ministério Público propor a aplicação imediata de pena restritiva de direitos ou multas, também chamada de “transação penal”.

IV- Por primar pelo princípio da celeridade, a Lei dos Juizados Especiais não contemplou a possibilidade de interposição de recursos das sentenças monocráticas.

Estão **CORRETAS**:

- A) I, II, III
- B) II e IV
- C) I, III e IV
- D) II e III**
- E) Todas

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

18. Acerca da revelia é CORRETO afirmar que:

- A) A revelia se dá com a não apresentação de exceção ou de reconvenção no prazo da resposta.
- B) O revel poderá intervir no processo em qualquer fase, recebendo-o no estado em que se encontrar.**
- C) Ainda que o litígio verse sobre direitos indisponíveis, a revelia produz seus efeitos normalmente.
- D) Contra o revel, ainda que tenha patrono constituído nos autos, correrão os prazos independentemente de intimação.
- E) Mesmo ocorrendo a revelia, ao juiz é vedado o julgamento antecipado da lide.

19. A respeito dos prazos processuais e sua contagem em dias, de acordo com o disposto no Código de Processo Civil é CORRETO afirmar que:

- A) As intimações somente obrigarão o comparecimento depois de decorridas 24 horas, salvo quando for outro o prazo fixado por lei.**
- B) Serão contados excluindo-se o dia do início e incluindo-se o dia do vencimento, não se admitindo disposição em contrário.
- C) Em caso de litisconsórcio, com o mesmo procurador, ser-lhes-ão contados em dobro os prazos para contestar, recorrer e, de modo geral, falar nos autos.
- D) Não havendo previsão legal, ou outro fixado pelo juiz, o prazo para a prática de ato processual a cargo da parte será de 10 (dez) dias.
- E) É vedado à parte renunciar ao prazo, mesmo aquele estabelecido exclusivamente em seu favor.

20. Assinale a alternativa CORRETA:

- A) Conforme disposto no Código de Processo Civil, o juiz responderá por perdas e danos quando, no exercício de suas funções, proceder com dolo ou fraude.**
- B) A denunciação da lide, espécie de intervenção de terceiro, apenas poderá ser formulada pela parte autora.
- C) Não se mostra admissível o chamamento ao processo do devedor na ação em que o fiador for réu.
- D) Na ação em que se pleiteiam alimentos a competência é do foro do domicílio do devedor.
- E) O conflito de competência poderá ser suscitado por qualquer das partes, inclusive do Ministério Público, sendo apenas vedado ao juiz.

21. Assinale a alternativa INCORRETA:

- A) Ninguém poderá pleitear, em nome próprio, direito alheio, salvo quando autorizado por lei.
- B) O juiz dará curador especial ao réu preso, bem como ao revel citado por edital ou com hora certa.
- C) O Ministério Público exercerá o direito de ação nos casos previstos em lei, mas, no entanto, não lhe cabem, no processo, os mesmos poderes e ônus que às partes.**
- D) São deveres das partes e de todos aqueles que de qualquer forma participam do processo expor os fatos em juízo conforme a verdade.
- E) A renúncia ao direito de recorrer é possível, mas, no entanto, depende de aceitação da outra parte.

22. De acordo com o disposto no Código de Processo Civil, assinale a alternativa INCORRETA:

- A) A citação válida torna prevento o juízo, induz litispendência e faz litigiosa a coisa, e, ainda quando ordenada por juiz incompetente, constitui em mora o devedor e interrompe a prescrição.
- B) O processo civil começa por iniciativa da parte, mas se desenvolve por impulso oficial.
- C) Haverá resolução de mérito quando o juiz pronunciar a decadência ou a prescrição.
- D) Extingue-se o processo sem resolução de mérito quando o juiz acolher ou rejeitar o pedido do autor.**



**VII PROCESSO SELETIVO PARA PREENCHIMENTO DE VAGAS DO ESTÁGIO
EXTRACURRICULAR DE ESTAGIÁRIOS DE DIREITO DO MINISTÉRIO
PÚBLICO DO ESTADO DE RORAIMA
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA**

.... 000

E) Cabem embargos de declaração quando houver, na sentença ou no acórdão, obscuridade ou contradição, bem como quando for omitido ponto sobre o qual deve pronunciar-se o juiz ou o tribunal.

DIREITO CONSTITUCIONAL

23. Em relação aos direitos fundamentais, assinale a opção CORRETA:

A) Nenhum brasileiro pode ser extraditado.

B) Por força do princípio da isonomia, toda norma que estabeleça tratamento jurídico diferenciado entre brasileiros é inconstitucional.

C) O direito de permanecer calado não está limitado estritamente à esfera do processo criminal.

D) A Constituição admite a interceptação de comunicações telefônicas de indivíduo suspeito do cometimento de crimes graves, desde que a escuta seja determinada por ordem judicial, pelo Ministério Público ou por Comissão Parlamentar de Inquérito.

E) A garantia constitucional da inviolabilidade de domicílio não alcança o escritório profissional particular do indivíduo.

24. Assinale a alternativa CORRETA:

A) A Constituição não veda, expressamente, o direito de secessão dos entes federados.

B) Os Estados-membros podem adotar, no âmbito do seu poder de conformação, o regime parlamentar de governo.

C) O Distrito Federal é dotado de competência legislativa em tudo idêntica à dos Estados-membros.

D) Não há, no sistema constitucional brasileiro, uma rigorosa divisão de poderes; as funções estatais é que são atribuídas a diferentes ramos do poder estatal, e de modo não-exclusivo.

E) Na Federação brasileira, a União é entidade soberana, enquanto os Estados-membros e o Distrito Federal são entidades autônomas.

25. Quanto ao controle de constitucionalidade, assinale a INCORRETA:

A) Lei estadual não pode ser objeto de ADC (Ação Direta de Constitucionalidade).

B) Segundo a corrente majoritária, a suspensão da execução da lei pelo Senado Federal somente gera efeitos daí por diante (*ex nunc*).

C) A própria decisão do STF em ADI (Ação Direta de Inconstitucionalidade) é dotada de eficácia contra todos (*erga omnes*); logo, não há que se falar em comunicação ao Senado Federal, para o fim de suspensão da execução da lei.

D) Desde que no âmbito do controle difuso ou incidental, qualquer juiz ou tribunal do país pode declarar a inconstitucionalidade de uma lei.

E) Uma lei estadual pode ser objeto de ADI (Ação Direta de Inconstitucionalidade) perante o STF, em face da Constituição Federal, bem assim perante o TJ, em face da Constituição do Estado.

26. Assinale a alternativa CORRETA:

A) Pelo princípio da interpretação conforme a Constituição, o aplicador evita declarar inconstitucional uma norma, buscando um sentido teleológico do preceito que o compatibilize com a Constituição, sendo irrelevante para esse esforço o sentido literal da norma.

B) Segundo o princípio da unidade da Constituição, as normas constitucionais devem ser consideradas, não isoladamente, mas como preceitos integrados num sistema interno unitário de regras e princípios.

C) Na moderna interpretação constitucional, assim como na interpretação jurídica em geral, a doutrina aceita, de forma majoritária, a aplicação do princípio *in claris cessat interpretatio*.

D) Em relação à supremacia material e formal das constituições, podemos afirmar que a material tem a ver com o modo como as normas constitucionais são elaboradas.

E) A classificação de uma Constituição como semirrígida indica que o seu conteúdo é apenas de normas materialmente constitucionais.

27. Assinale a alternativa INCORRETA:

A) A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.

B) As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

C) Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes



VII PROCESSO SELETIVO PARA PREENCHIMENTO DE VAGAS DO ESTÁGIO
EXTRACURRICULAR DE ESTAGIÁRIOS DE DIREITO DO MINISTÉRIO
PÚBLICO DO ESTADO DE RORAIMA
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

.... 000

e futuras gerações.

D) A família, a sociedade e o Estado têm o dever de amparar as pessoas idosas, assegurando sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade e bem-estar e garantindo-lhes o direito à vida.

E) As terras tradicionalmente ocupadas pelos índios destinam-se a sua posse permanente, cabendo-lhes o usufruto não exclusivo das riquezas do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes.

DIREITO ADMINISTRATIVO

28. Formada pelos entes políticos, a Administração Pública Direta é constituída de forma centralizada. Na busca por melhorar a prestação do serviço público criou-se, a partir da segunda metade da década de 60, outras entidades administrativas para, de forma eficaz e especializada, realizar também a prestação do serviço público. Assim, considerando o surgimento das mencionadas entidades, podemos AFIRMAR que estas foram feitas pelo processo de:

A) Desconcentração, caracterizado pela hierarquia entre as entidades e os entes que as criaram.

B) Descentralização, caracterizado pela hierarquia entre as entidades e os entes que as criaram.

C) Concentração, baseado na divisão do serviço.

D) Descentralização por outorga, caracterizado pela vinculação entre as entidades e os entes que as criaram.

E) Descentralização por contrato, caracterizado pelo surgimento das delegatárias.

29. Como forma de materialização da atuação administrativa, os atos administrativos possuem como requisitos:

A) Competência, finalidade, motivação, objeto e forma.

B) Competência, finalidade, motivo, forma e objeto, os quais não admitem margem de atuação do administrador público.

C) Competência, executoriedade, exigibilidade e legitimidade.

D) Competência, finalidade, coercibilidade, tipicidade e forma.

E) Competência, finalidade, motivo, forma e objeto, os quais podem admitir discricionariedade na atuação do administrador público.

30. Com previsão constitucional no art. 37, §6º, a responsabilidade civil do Estado passou ao longo dos anos por uma evolução histórica, baseada na presença ou ausência de responsabilidade do Estado em sua atuação pública. Considerando o exposto, marque a alternativa CORRETA:

A) No Brasil, adota-se a teoria da irresponsabilidade civil do Estado.

B) Pela teoria do risco administrativo, o Estado sempre indenizará os danos causados aos particulares mesmo quando oriundos de culpa exclusiva da vítima.

C) Entende-se por risco integral, a teoria em que a responsabilidade civil do Estado pode ser atenuada na hipótese de culpa concorrente.

D) A teoria objetiva foi adotada no Brasil, na qual a vítima não necessita demonstrar dolo ou culpa da Administração Pública.

E) A teoria subjetiva foi adotada no Brasil, na qual a vítima não necessita demonstrar dolo ou culpa da Administração Pública.

31. Sobre a Lei 8.666/93 é CORRETO afirmar:

A) O rol elencado no artigo 24 da Lei 8.666/93 para justificar as hipóteses de dispensa da licitação é meramente exemplificativo.

B) É inexigível a licitação quando a União tiver que intervir no domínio econômico para regular preços ou normalizar o abastecimento.

C) É dispensável a licitação para contratação de profissional de qualquer setor artístico, diretamente ou através de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública.

D) O rol elencado no artigo 25 da Lei 8.666/93 para justificar as hipóteses de inexigibilidade da licitação é taxativo.

E) Todas as alternativas anteriores estão erradas.

32. O direito de requerer mandado de segurança extingui-se-á decorridos 120 dias, contados da:

A) Da prática do ato impugnado.

B) Da publicação ou qualquer meio de divulgação oficial do ato impugnado.

C) Da ciência, pelo interessado, do ato impugnado.

D) Todas as afirmativas anteriores estão corretas.

E) Todas as afirmativas anteriores estão erradas.



VII PROCESSO SELETIVO PARA PREENCHIMENTO DE VAGAS DO ESTÁGIO
EXTRACURRICULAR DE ESTAGIÁRIOS DE DIREITO DO MINISTÉRIO
PÚBLICO DO ESTADO DE RORAIMA
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

.... 000

LEGISLAÇÃO ESPECIAL

33. Sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente assinale a alternativa CORRETA:

- A) A medida de internação provisória poderá ser aplicada quando houver descumprimento reiterado e injustificável da medida anteriormente exposta. Nesse caso, de acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente, o prazo da internação não poderá ser superior a 03 (três) meses e deverá ser decretada judicialmente após o devido processo legal.
- B) Durante o período de internação, inclusive provisória, as atividades pedagógicas serão facultativas.
- C) Para os efeitos do Estatuto da Criança e do Adolescente deve ser considerada a idade do adolescente à data do oferecimento da representação.
- D) É proibida a hospedagem de criança ou adolescente em hotel, motel, pensão ou estabelecimento congênere, mesmo se autorizado ou acompanhado pelos pais ou responsável.
- E) Dentre as disposições expressas no Estatuto da Criança e do Adolescente não se encontra a incumbência ao poder público de fornecer gratuitamente àqueles que necessitarem os medicamentos, próteses e outros recursos relativos ao tratamento, habilitação ou reabilitação.

34. Acerca da Política Nacional do Meio Ambiente (Lei 6.938/81), assinale a alternativa CORRETA:

- A) As atividades empresariais públicas ou privadas poderão ou não ser exercidas em consonância com as diretrizes da Política Nacional do Meio Ambiente.
- B) De acordo com a Lei 6.938/81 poluidor é apenas pessoa física, responsável, direta ou indiretamente, por atividade causadora de degradação ambiental.
- C) Para os fins previstos na Lei 6.938/81, entende-se por meio ambiente, o conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química e biológica, que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas.
- D) Dentre os instrumentos da Política Nacional do Meio Ambiente previstos na Lei 6.938/81 não encontramos a avaliação de impactos ambientais.
- E) A educação ambiental em todos os níveis de ensino, inclusive a educação da comunidade, objetivando capacitá-la para participação ativa na defesa do meio ambiente, não se encontra inserida como um dos princípios da Política Nacional do Meio Ambiente.

35. Sobre as disposições do Código de Defesa do Consumidor, assinale a alternativa INCORRETA:

- A) O Ministério Público, se não ajuizar a ação, atuará sempre como fiscal da lei.
- B) Para a defesa dos direitos e interesses protegidos pelo Código de Defesa do Consumidor são admissíveis todas as espécies de ações capazes de propiciar sua adequada e efetiva tutela.
- C) Na cobrança de débitos, o consumidor inadimplente não será exposto a ridículo, nem será submetido a qualquer tipo de constrangimento ou ameaça.
- D) O consumidor cobrado em quantia indevida tem direito à repetição do indébito, por valor igual ao triplo do que pagou em excesso, acrescido de correção monetária e juros legais, mesmo na hipótese de engano justificável.
- E) É proibida toda publicidade enganosa ou abusiva.

36. De acordo com a Lei 8.429/92 (Improbidade Administrativa) é INCORRETO afirmar:

- A) Os agentes públicos de qualquer nível ou hierarquia são obrigados a velar pela estrita observância dos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade e publicidade no trato dos assuntos que lhe são afetos.
- B) Ocorrendo lesão ao patrimônio público por ação ou omissão, dolosa ou culposa, do agente ou de terceiro, dar-se-á o integral ressarcimento do dano.
- C) As disposições da Lei 8.429/92 são aplicáveis, no que couber, àquele que, mesmo não sendo agente público, induza ou concorra para a prática do ato de improbidade ou dele se beneficie sob qualquer forma direta ou indireta.
- D) O sucessor daquele que causar lesão ao patrimônio público ou se enriquecer ilicitamente está sujeito às cominações desta lei até o limite do valor da herança.
- E) Apenas o Ministério Público possui legitimidade para ajuizar ação de responsabilidade por ato de improbidade administrativa.

37. Conforme o previsto no Estatuto do Idoso (Lei 10.741/2003), assinale a alternativa INCORRETA:

- A) É obrigação do Estado, garantir à pessoa idosa a proteção à vida e à saúde, mediante efetivação de políticas sociais públicas que permitam um envelhecimento saudável e em condições de dignidade.
- B) De acordo com o Estatuto do Idoso a obrigação alimentar não é solidária, mas, sim, subsidiária, motivo pelo qual é vedado ao idoso optar entre os prestadores.
- C) É obrigação da família, da comunidade, da sociedade e do Poder Público assegurar ao idoso, com absoluta prioridade, a efetivação do direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, ao esporte, ao lazer, ao



**VII PROCESSO SELETIVO PARA PREENCHIMENTO DE VAGAS DO ESTÁGIO
EXTRACURRICULAR DE ESTAGIÁRIOS DE DIREITO DO MINISTÉRIO
PÚBLICO DO ESTADO DE RORAIMA
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA**

.... 000

trabalho, à cidadania, à liberdade, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária.

D) O representante do Ministério Público, no exercício de suas funções, terá livre acesso a toda entidade de atendimento ao idoso.

E) Nos processos e procedimentos em que não for parte, atuará obrigatoriamente o Ministério Público na defesa dos direitos e interesses de que cuida o Estatuto do Idoso, hipóteses em que terá vista dos autos depois das partes, podendo juntar documentos, requerer diligências e produção de outras provas, usando os recursos cabíveis.

38. Assinale a alternativa INCORRETA:

A) De acordo com a Lei 10.741/2003 (Estatuto do Idoso), ao idoso que esteja no domínio de suas faculdades mentais é assegurado o direito de optar pelo tratamento de saúde que lhe for reputado mais favorável.

B) Conforme o Código de Defesa do Consumidor, fornecedor é toda pessoa física ou jurídica, pública ou privada, nacional ou estrangeira, bem como os entes despersonalizados, que desenvolvem atividade de produção, montagem, criação, construção, transformação, importação, exportação, distribuição ou comercialização de produtos ou prestação de serviços.

C) A Política Nacional do Meio Ambiente (Lei 6.938/81) visará à imposição, ao poluidor e ao predador, da obrigação de recuperar e/ou indenizar os danos causados e, ao usuário, da contribuição pela utilização de recursos ambientais com fins econômicos.

D) Segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente, considera-se ato infracional a conduta descrita apenas como crime. O adolescente que praticar conduta descrita como contravenção penal não será responsabilizado.

E) O Código de Defesa do Consumidor dispõe que consumidor é toda pessoa física ou jurídica que adquire ou utiliza produto ou serviço como destinatário final. Dispõe, ainda, que equipara-se a consumidor a coletividade de pessoas, ainda que indetermináveis, que haja intervindo nas relações de consumo.

LEI COMPLEMENTAR Nº 003/94

39. De acordo com as disposições da Lei Complementar 003/94, é CORRETO afirmar que:

A) Poderão ser estagiários do Ministério Público, como auxiliares das Promotorias de Justiça, os alunos dos dois últimos anos do curso de direito.

B) O estagiário que exercer as suas funções por no mínimo 01 (um) ano, independentemente do aproveitamento, receberá certificado válido como título no concurso para ingresso na carreira do Ministério Público.

C) É permitido ao estagiário afastar-se do serviço nos dias de seus exames, mediante prévia comunicação ao membro do Ministério Público junto ao qual servir.

D) O estagiário pode exercer atividades relacionadas com advocacia, desde que em horário compatível com o estágio.

E) A contratação de estagiários será feita preferencialmente por processo seletivo.

40. São órgãos da Administração Superior do Ministério Público:

A) Procuradoria-Geral de Justiça, Colégio de Procuradores e Corregedoria-Geral.

B) Procuradoria-Geral de Justiça, Conselho Superior e Secretaria-Geral.

C) Colégio de Procuradores, Centro de Apoio Operacional e Conselho Superior.

D) Procuradoria-Geral de Justiça, Promotores de Justiça e Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional.

E) Procuradoria-Geral de Justiça, Promotores de Justiça e Secretaria-Geral.



VII PROCESSO SELETIVO PARA PREENCHIMENTO DE VAGAS DO ESTÁGIO
EXTRACURRICULAR DE ESTAGIÁRIOS DE DIREITO DO MINISTÉRIO
PÚBLICO DO ESTADO DE RORAIMA
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

.... 000

CADERNO DE PROVAS

2. QUESTÕES SUBJETIVAS (5 a 10 linhas)

QUESTÃO 01 (PENAL):

Responda fundamentadamente, de acordo com a doutrina penal brasileira, o que são normas penais em branco.

R
A
S
C
U
N
H
O

QUESTÃO 02 (CIVIL):

O art. 2º do Código Civil dispõe que “a personalidade civil da pessoa começa do nascimento com vida, mas a lei põe a salvo, desde a concepção, os direitos do nascituro”. Partindo do exposto, discorra sobre as teorias existentes no ordenamento jurídico pátrio que buscam explicar a situação jurídica do nascituro (Teoria Natalista, Teoria Conceptionista e Teoria da Personalidade Condicional), e quais as consequências jurídicas em sendo adotada cada uma delas.

R
A
S
C
U
N
H
O

QUESTÃO 03 (CONSTITUCIONAL):

Quais são as limitações materiais e temporais na reforma da Constituição?

R
A
S
C
U
N
H
O



VII PROCESSO SELETIVO PARA PREENCHIMENTO DE VAGAS DO ESTÁGIO
EXTRACURRICULAR DE ESTAGIÁRIOS DE DIREITO DO MINISTÉRIO
PÚBLICO DO ESTADO DE RORAIMA
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

.... 000

CADERNO DE PROVAS

3. DISSERTAÇÃO

TEMA: “A IMPORTÂNCIA DA ATUAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO NO COMBATE À CORRUPÇÃO”.

R
A
S
C
U
N
H
O

R
A
S
C
U
N
H
O

R
A
S
C
U
N
H
O